

**Seminário**  
**“As Regiões Ultraperiféricas e a Política Marítima Europeia”**

**PROJECTO RUPMER**

20 de Setembro de 2007, Saint-Denis de La Réunion

**“Mesa Redonda de Conclusão”**

**Intervenção:**

**“A Região Autónoma dos Açores e o processo de consulta sobre a futura Política Marítima Europeia”**

( saudação protocolar )

Permitam-me que comece por agradecer aos nossos anfitriões, parceiros na Operação-Quadro Regional RUP-PLUS e líderes no projecto RUPMER, pela oportunidade de poder aqui apresentar umas breves notas, em jeito de conclusão, sobre a visão e a experiência dos Açores no processo de consulta sobre a futura Política Marítima Europeia ( PME ).

Muito em especial, gostaria dirigir uma palavra de saudação e agradecimento ao Conselho Regional da Reunião, na pessoa do seu Presidente, Paul Vergès, que nos recebe de uma forma tão acolhedora nesta ilha de excepcional beleza, bem como ao Senhor Comissário Joe Borg, o qual, mais uma vez, demonstra o seu inegável interesse e a grande atenção que dedica à realidade ultraperiférica da União Europeia ( UE ).

Não é já este, certamente o local para explanar de forma exaustiva aquilo que foi denominado como uma “visão açoriana” da PME, ou seja, o contributo da Região Autónoma dos Açores ( RAA ) para o Livro Verde ( LV ) da Comissão Europeia ( COM ) lançado em Junho de 2006.

Esse, foi o nosso trabalho ao longo de mais de um ano: - levarmos a nossa visão e o nosso contributo aos mais variados níveis de debate na UE.

Mas como nos foi pedido uma abordagem breve sobre o processo de consulta do ponto de vista da RAA, em jeito de conclusão, numa altura em que já temos todos os olhos no futuro próximo, farei alguns breves comentários.

Com efeito, com as conclusões do projecto RUPMER e a realização deste seminário dedicado à vertente ultraperiférica da PME, fecha-se, para a RAA, um ciclo que se iniciou em Julho de 2006, com a entrega à COM do referido contributo açoriano.

Mas, como se refere no início do texto do projecto RUPMER, a visão global das 7 regiões não se substitui a uma perspectiva própria e específica de cada uma.

Gostaria, por isso, de deixar algumas reflexões acerca daquilo que foi feito pelo Governo Regional dos Açores ( GRA ), em defesa das especificidades da sua Região e em prol de uma visão insular e ultraperiférica da PME.

Não será aqui necessário, entre uma família de regiões tão próximas do Mar, a importância que este reveste para a RAA e suas populações.

Alguns números, por si só, o demonstram:

- Com uma área total de 2.350 km<sup>2</sup> e 240.000 habitantes, distribuídos por nove ilhas, temos uns consideráveis 844 km de costa ( valor que quase atinge o da costa continental portuguesa – 943 km ) .

- A localização no Atlântico norte, a meio caminho entre os continentes Europeu e Americano e a distribuição do arquipélago por cerca de 600 km de oceano dão-nos a impressionante área da Zona Económica Exclusiva dos Açores: - 953.000 km<sup>2</sup>.

A estas características geográficas, que moldaram a índole do povo e a sua relação intensa com o mar, além da natural importância económica dos seus recursos, acresce uma dimensão política na visão da RAA acerca da PME: - o regime autónómico.

Pescas, Ambiente, Gestão da orla costeira, transportes marítimos, portos, formação profissional e todas uma série de questões relativas ao Mar, sem prejuízo das atribuições do Estado em matéria de segurança e defesa, passaram, a partir de 1976, a ser fazer parte das competências políticas e legislativas da RAA.

Assim, não só a situação geográfica e, porque não, a proximidade cultural e afectiva dos açorianos com o Mar justifica o interesse da RAA na futura PME mas, acima de tudo, o facto de há 30 anos tomarmos como nossa a responsabilidade política de uma ampla autonomia em todos estes domínios.

Saliente-se ainda que no mesmo ano, em 76, com a criação da Universidade dos Açores ( UA ) abre-se uma outra vertente de extrema importância nas políticas marítimas da RAA: a investigação científica na área da oceanografia e pescas.

A intervenção governamental nos Açores tem sido, assim, desde sempre acompanhada pelos Departamentos de Oceanografia e Pescas, de Biologia e de Geociências da UA, cujas áreas de intervenção específica sempre se revelaram de extrema importância para a elaboração de políticas cientificamente orientadas e sustentáveis, como, por exemplo, no estudo dos mananciais pesqueiros, no estudo dos fundos marinhos ou no apoio à gestão das áreas marinhas protegidas.

Apresentar uma visão açoriana da PME trata não só de realçar e pedir uma especial atenção àquilo que é nosso, dar relevo às nossas potencialidades, mas defender tudo aquilo que, nos últimos trinta anos, tem sido feito na defesa do património ambiental marítimo.

Saliente-se, a este propósito, de forma sumária, algumas intervenções governamentais nos assuntos do mar, como a proibição de utilização de artes de pesca pouco selectivas, a adequação da dimensão da frota pesqueira aos recursos disponíveis, a regulamentação de actividades turísticas como o *whale watching* ou, ainda, a criação de um vasto conjunto de áreas ambientais protegidas ( exclusivamente marinhas ou costeiras ), a implementação de uma política de gestão sectorial e partilhada associada às áreas ambientais da Rede Natura 2000, a conclusão dos Planos de Ordenamento das Orlas Costeiras das diversas ilhas ou ainda a elaboração de um Plano de Ordenamento Turístico da RAA.

Assim se compreende que a visão da RAA sobre a PME tem como pressuposto o reconhecimento de que esta região tem um papel efectivo na concretização de uma política marítima regional e, também, europeia.

É necessário, por isso, que, na futura PME, a União tenha consciência e reconheça que já existem regiões, como a dos Açores, que têm desenvolvido um trabalho apreciável nos assuntos marítimos e que, por um lado, se baseia nelas como modelo válido a implementar noutras regiões e, por outro - mais importante ainda - contemple uma abordagem diferenciada a estas situações, no respeito pelo princípio da subsidiariedade.

Não me vou alongar nas referências ao nosso contributo, mas deve realçar\_

A extrema importância que as acessibilidades portuárias e o transporte marítimo revestem para esta região, como principal meio de abastecimento regular - quer inter-ilhas, quer do exterior - de bens essenciais à subsistência das populações e ao pleno funcionamento economia, impõe um como factor de diferenciação, na medida em que impede ou dificulta o recurso a outros meios de transporte, ficando claro que, por exemplo, a cabotagem insular e o transporte marítimo inter-ilhas devem ser alvo de uma abordagem muito particular e específica.

Por outro lado, sendo as ilhas regiões privilegiadas no que diz respeito ao potencial energético do seu mar, mas também prejudicadas em relação ao seu afastamento dos benefícios das redes transeuropeias de energia, deveriam ter direito a um claro e inequívoco tratamento prioritário para a utilização e desenvolvimento de tecnologias de energias renováveis marítimas.

Por outro lado, os Açores devem ser reconhecidos como um importante ponto geo-estratégico na monitorização do tráfego marítimo, mas salientando-se que a inserção atlântica da região se traduz num maior risco de exposição aos perigos derivados daquela actividade, como a poluição ou os acidentes de navios com cargas perigosas.

Acima de tudo, lamentamos que a parte do Livro Verde referente às pescas seja abordada de uma forma tão pouco aprofundada, sendo necessária a definição de medidas concretas e eficazes que acautelem a exploração sustentada dos recursos marinhos dos Açores, na medida em que a nossa ZEE, embora de grande dimensão, por não ter plataforma continental e ser uma zona de grande profundidade, apresenta uma escassa abundância de recursos piscícolas e uma grande fragilidade biológica.

Note-se que o receio de que uma perspectiva sustentável das pescas não esteja presente na política marítima europeia não é, de todo, desprovida de sentido, uma vez que os Açores sofrem já os efeitos negativos da redução, pela UE, de 200 para 100 milhas, da área de aplicabilidade das suas políticas restritivas e limitadoras, no que respeita ao esforço de pesca na sua ZEE.

Para mais, uma visão atlântica e sustentável da actividade das pescas reclama toda uma série de outras medidas, como a salvaguarda e o apoio às artes artesanais e a garantia às comunidades marítimas de estabilidade no acesso aos seus recursos pesqueiros tradicionais, sendo fundamental que a PME concretize os instrumentos para implementação do modelo de gestão sustentável das pescas.

A política marítima da União deverá, pois, de ter em atenção os conceitos de economia ecológica onde claramente se tem demonstrado que os custos associados à sustentabilidade das funções ecológicas do ambiente marinho são bastante menos onerosos do os custos associados à sua ruptura, bem como concretizar a implementação de alguns princípios fundamentais em matéria de ambiente, conservação da natureza e biodiversidade, não só em relação à às pescas mas a todas as actividades lucrativas cujo potencial ainda não está, de todo, esgotado, como a observação de cetáceos, *big game fishing*, pesca recreativa, fotografia subaquática, mergulho ou náutica de recreio.

Finalmente, como foi já referido, do ponto de vista de investigação, as RUP e os Açores, muito em particular, também neste aspecto poderão partilhar e ver potenciada a sua experiência, na medida em que o arquipélago tem constituído uma região pioneira no âmbito da cooperação e desenvolvimento tecnológico em investigação marinha, bem como no estudo dos riscos geológicos e dos fenómenos vulcânicos.

Não quero, de todo, exceder o tempo que me foi concedido. O debate interno foi, assim, intenso e produziu um documento que, pensamos, traduz as nossas preocupações e expectativas.

O passo seguinte foi, na medida das possibilidades de uma região autónoma, ultraperiférica e insular, transmitir a nossa visão de uma PME em vários fora.

Minhas Senhoras e meus Senhores,

Não gostaria de terminar a minha sucinta comunicação sem antes dar conta do papel da RAA neste processo de consulta pública.

Neste sentido, o lançamento desta “visão europeia sobre os oceanos e os mares” teve, desde logo, o mérito de trazer para agenda política dos Açores a

reflexão sobre a relação desta Região com os mais variados domínios ligados ao Mar e o debate relativo à necessidade de serem salvaguardadas as suas especificidades.

Por isso, logo em seguida ao lançamento do Livro verde, procedeu-se a um amplo debate interno, com os vários departamentos do Governo, com a Universidade, com as associações profissionais e demais sociedade civil.

E, em Julho de 2006, a RAA entregou directamente à Comissão um documento de apreciação e propostas, denominado “contributo açoriano para a futura política marítima europeia”.

Antes ainda organizou-se na ilha do Faial, Açores, o seminário “Política Marítima Europeia, com a presença do Presidente da COM e do Comissário das Pecas e Assuntos Marítimos.

Apos este momento, o Governo dos Açores tem utilizado todos canais e mecanismos a sua disposição para transmitir e tentar que sejam reconhecidas as suas especificidades e preocupações.

Assim, pela relação institucional com o MNE do Governo da RP e considerando ainda que a RAA tinha o seu parecer pronto antes de qualquer outra departamento a nível nacional, o GRA conseguiu influenciar e viu concretizado na posição nacional portuguesa a grande maioria das suas opiniões e sugestões;

No âmbito europeu, fizeram-se 14 propostas de aditamento ao parecer do Comité das Regiões sobre o livro verde ( sempre relativas a realidade insular e ultraperiférica ), que foram aprovadas por unanimidade ( e sempre com o apoio e subscrição dos nossos parceiros da Ultraperiferia, Madeira e Canárias );

Acompanhamos com proximidade o processo que decorreu no PE, com intervenção de deputados açorianos ( e madeirentes ) na defesa da ultraperiferia e insularidade.

Cooperamos com os nossos parceiros das RUP no projecto RUPMER, que aqui discutimos, bem como na elaboração do parecer da CRPM, adoptado no Bureau Político de Augustof, Polónia.

Além do mais, o GRA participou como orador em varios seminários, organizados pelo PE, pela Pres PT da UE, pela CRPM e diversos outros fora europeus

Recebeu, com a CRPM, o seminário Políticas Marítimas e Globalização, com a presença do senhor Comissário Borg,

Procuramos, assim, intervir em todos os mecanismos de governação e de cooperação disponíveis e é com grande satisfação que vemos as nossas ideias – ou parte – reconhecidas e referências várias às RUP não só no nosso parecer, como na posição nacional portuguesa, no parecer do CdR, do PE, da CRPM e, agora, das RUP.

Não tenho dúvidas de que, neste processo de consulta pública sobre a PME os Açores e as RUP ganharam o seu espaço, impuseram a sua presença e transmitiram as suas especificidades e potencialidades. Estamos, por isso, expectantes em relação ao balanço e resultado da consulta e, acima de tudo, em relação ao plano de acção.

Em suma, e para terminar, gostaria de vos deixar estas breves notas:

A visão açoriana de uma futura política marítima europeia - como perspectiva insular, atlântica e ultra-periférica dos assuntos do mar – não se resume a uma papel passivo ou meramente consultivo sobre esta abordagem holística e integrada da União.



Ela exige, desde logo, o reconhecimento do papel efetivo e relevante dos Açores na governação do seu amplo espaço no Oceano Atlântico, bem como a garantia de que as suas políticas sustentáveis e boas-práticas não serão postas em causa pelas políticas da UE, no respeito pelos princípios da subsidiariedade e proporcionalidade.

Em segundo lugar, as características e condicionantes da Região Autónoma dos Açores reclamam medidas positivamente diferenciadoras numa série de áreas em que as suas responsabilidades são maiores ( por exemplo, na gestão das costas ) ou em que as ilhas têm dependências agravadas ( transportes marítimos, portos, energia ).

Acima de tudo, uma visão açoriana dos mares aponta para a necessidade imperiosa, não só de salvaguardar o imenso valor e riqueza do mar, através da garantia da sustentabilidade da sua exploração económica ( *maxime*, na área das pescas) mas também de se potenciar a exploração de novos e inovadores recursos, no objectivo último da melhoria das condições de vida das populações insulares e de preservação dos Oceanos, como Património da Humanidade.

Termino, com um desejo: que, por um lado, a futura PME seja, em breve, uma realidade, uma realidade jurídica mas, acima de tudo, que se efective com os adequados meios financeiros e, por outro, que seja efectivamente uma política de FUTURO, que salvasse a grande riqueza dos mares europeus para os nossos filhos, numa política verdadeiramente sustentável e ecológica. Dos mares, e daquilo que dele fazemos, depende o nosso amanhã...

Muito obrigado pela vossa atenção,

**Rodrigo Oliveira**

Director Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa

